BEIRA DO RIO
JORNAL - UFPA
Jornal da Universidade Federal do Pará. Ano XXX Nº 130. Abril e Maio de 2016

De ribeirinhos a quilombolas

por Ericka Pinto / Dezembro 2011

foto Acervo do Pesquisador

Localidade é a mais populosa de Salvaterra e a mais próxima das principais cidades daquela região

O Pará é o Estado que concentra o maior número de terras quilombolas tituladas. Foi pioneiro no processo de consolidação dos direitos dessas comunidades em todo o Brasil. Os desafios ainda persistem, principalmente, o de consolidação de identidade étnica para o reconhecimento do direito a titulação das terras de "remanescentes" de Quilombos em algumas regiões do Estado, como na comunidade de Caldeirão, localizada no município de Salvaterra, na Ilha do Marajó.

O assunto tornou-se objeto de pesquisa do Projeto de Iniciação Científica De Ribeirinho a Quilombola: Processos de Construção de Identidade Social no Marajó, do aluno Edson Nascimento Cruz, do curso de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, da Universidade Federal do Pará. O estudo foi realizado no período de agosto de 2010 a julho de 2011 e buscou investigar quais fatores impulsionaram os sujeitos da comunidade de Caldeirão a se autodefinirem como quilombolas e quais as perspectivas sociopolíticas vislumbradas pelo grupo diante dessa mudança.

O trabalho teve a orientação do professor Luis Fernando Cardoso e faz parte do Projeto de Pesquisa intitulado Os Sentidos de (In)Justiça nas Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombos da Ilha do Marajó - PA, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UFPA) . "A pesquisa não tem pretensão de contribuir diretamente com a formação da identidade dos grupos quilombolas do Marajó, mas entender o processo de formação e organização política desses grupos. A pesquisa quer saber como os grupos, que até pouco tempo se autodefiniam sobre outras bases, hoje, passam a construir uma história ligada à situação de escravos de seus antepassados", afirma Luis Cardoso.

Comunidade dividida entre os de dentro e os de fora

Edson Nascimento identificou dois grupos que compõem a comunidade de Caldeirão: os que se auto-definem como de dentro e os de fora. O primeiro é formado por pessoas originárias da própria comunidade, ou seja, por moradores mais antigos, bem como por seus filhos e netos. "A relação entre eles é mais específica, pela qual as crenças, a cultura e a forma de viver eram passadas aos mais novos. Quando estes chegavam à idade adulta e se casavam, o chefe da família já separava um pedaço de sua propriedade para que, ali, eles constituíssem seus novos lares", explica.

O segundo grupo surge com a chegada dos indivíduos que compraram terras na comunidade. Estes indivíduos não possuem laço de parentesco ou histórico com o lugar. "Muitos moradores passaram a vender para pessoas de fora da comunidade os lotes de terra que recebiam de seus pais. Esse acontecimento fortaleceu o fluxo de entrada de novos moradores no local, dando origem ao grupo dos de fora", observou o estudante.

De acordo com Edson Nascimento Cruz, este grupo não possuía vínculo com Caldeirão, sobretudo o de consanguinidade, o que acabou "esfriando" a luta da comunidade. "A maneira como estes novos personagens compreendem a realidade da comunidade, de certa forma, atenta contra a manutenção dos traços identitários do local e, portanto, afetam sua organização política", analisa.

O estudo apontou que, entre 1990 e 2007, ocorreu a consolidação dessa nova identidade étnica e a transformação social do grupo. "Conseguimos encontrar, nessa trajetória, situações de percalço, como a chegada dos de fora, cujas práticas atentam contra a etnicidade da comunidade, revelando que a identidade étnica de Caldeirão ainda está em processo de consolidação. Esse tipo de situação fragiliza a promissora perspectiva de conquistas socioterritoriais em seu espaço social", concluiu o aluno.

Segundo o professor Luis Cardoso, o trabalho do aluno mostrou que os desafios são internos e externos ao grupo quilombola. Internamente, existem as várias forças conflitantes, principalmente as que são definidas entre os de dentro e os de fora. Externamente, estão as forças políticas locais que negam a existência das comunidades quilombolas no Marajó. "Negar a existência de tais grupos é negar os seus direitos. Isso é uma forma de manter a situação de expropriação e humilhação a que esses grupos estão historicamente submetidos", afirma.

Menu Principal
- Primeira Página
- Editorial
- Opinião
- Resenha
- Entrevista
- A História na Charge
- Leia Também

Edição Eletrônica

Censo da Nova Cartografia Social da Amazônia

A comunidade de Caldeirão surgiu a partir da migração de famílias de outros locais do Marajó. Essas famílias saíram das comunidades de Mangueiras, Caçador, Valentin e Santa Luzia. As primeiras a habitarem a comunidade foram as famílias Glória, Alcântara, Silva e Gonçalves. "Elas foram se organizando no território e criaram normas de convivência que permaneceram relativamente invioladas até a década de 1980, quando começa a aumentar o número de habitantes vindos de fora", relata Edson Cruz.

Cadeirão foi escolhida para a pesquisa por ser a comunidade mais populosa de Salvaterra. O censo brasileiro de 2010 registrou 920 pessoas residindo nesta comunidade. Porém o dado populacional utilizado pelo pesquisador foi o da Nova Cartografia Social da Amazônia de 2006, intitulado "Quilombolas da Ilha do Marajó". O documento aponta que, em 2002, viviam cerca de 2.600 pessoas nas comunidades "remanescentes" de Quilombos em Salvaterra. Deste total, 24% moravam em Caldeirão, o que corresponde a 624 pessoas. A segunda comunidade mais populosa é a de Mangueiras, com 442 moradores.

Edson Nascimento Cruz explica que o processo de construção da identidade étnica de Caldeirão é reflexo da movimentação pós-constituição de 1988. A primeira comunidade da região a buscar o reconhecimento como remanescente de quilombo foi Mangueiras. A iniciativa estimulou as demais comunidades a seguirem o mesmo caminho.

Inicialmente, as articulações ocorriam entre lideranças e políticos com influência local. Mas o reconhecimento do direito à titulação territorial ocorreu de forma mais contundente a partir das articulações mantidas pela comunidade com o Centro de Estudo em Defesa do Negro no Pará (CEDENPA) e com pesquisadores vinculados à UFPA. “As articulações anteriores não deixaram de existir. Porém, a discussão sobre etnicidade qualificou a atuação política das lideranças da comunidade”, pontuou Edson Nascimento.

Africanos no Marajó

Os africanos chegaram à Ilha do Marajó no final do Séc. XVII. Na condição de escravos, eles exerciam trabalhos ligados à pecuária, agricultura e pesca. As condições de vida e de trabalho levaram muitos escravos a fugirem das fazendas. Com isso, formaram-se comunidades em lugares distantes, os chamados Quilombos, uma das maneiras de constituir espaços de liberdade e garantir a reprodução sociocultural. No século XXI, a titulação de terras tem sido a principal bandeira de luta dos descendentes dos Quilombos. No Pará, o primeiro título coletivo de terras foi dado em 1995, no município de Oriximiná.

Hits: 5083 Bookmark Set as favorite